



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº

39977/15

EXERCÍCIO: 2016

SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Manaira

DATA DE ENTRADA: 06/07/2015

ASSUNTO: Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
relativa ao exercício de 2016.

INTERESSADOS: José Simão de Sousa



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

Lei Nº 412/2015.

ESTABELECE DIRETRIZES E METAS
ORÇAMENTÁRIAS PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DESTE MUNICÍPIO, Estado da PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como, em consonância com o artigo 35, parágrafo 2º, inciso II, do ADCT, da Constituição Federal de 1988 e, em conjunto com a Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), faço saber que a Câmara Municipal APROVOU, e eu SANCTIONO e PROMULGO esta lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

- I. As propriedades da administração pública municipal;
- II. A estrutura e organização do orçamento anual;
- III. As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas eventuais alterações;
- IV. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V. As disposições relativas à dívida consolidada e seus respectivos encargos;
- VI. As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII. Outras disposições gerais sobre orçamento.

CAPÍTULO II
DAS PROPRIEDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2016, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

- I. Em relação à Câmara Municipal: modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- II. Em relação ao Poder Executivo;
 - a. Melhoria e ampliação da infraestrutura e oferta de serviços básicos, nos segmentos:
 - 1. De educação - com melhoria do ensino, oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar;
 - 2. De saúde e saneamento - com restauração da rede física e elevação dos níveis de atendimento, visando à melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
 - 3. De promoção social à família, à criança e ao adolescente;
 - 4. De incentivo aos trabalhos rurais;
 - 5. De apoio aos programas de melhorias populares;
 - 6. De ampliação de oferta de emprego e renda à população;
 - 7. De recuperação e conservação do meio ambiente;
 - 8. De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementação de políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.
 - b. Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:
 - 1. Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
 - 2. Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
 - 3. Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.
 - c. Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:
 - 1. Do desenvolvimento da agropecuária;
 - 2. Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;
 - 3. Do desenvolvimento da produção mineral.
 - d. Ações administrativas que objetivem:
 - 1. A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

2. A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I. NA ÁREA SOCIAL:

- a. Na educação e cultura:

1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;
3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%
5. Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;
6. Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
7. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
8. Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
9. Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
10. Apoio à atividades e extensão universitária;
11. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro(a).

b. DA SAÚDE PÚBLICA:

1. Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil.
2. Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
3. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
4. Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
5. Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
6. Manutenção dos Programas de Saúde na Família.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

c. DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO:

1. Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
2. Construção e melhoria de casas populares.

d. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1. Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
4. Estimular programas de assistência comunitária;
5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
6. Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II. NA ÁREA ECONÔMICA:

a. AGROPECUÁRIA:

1. Assistência e incentivo à produção agrícola;
2. Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
3. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
4. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
5. Combate à seca e à pobreza rural.

b. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO:

1. Apoio às pequenas e micro empresas do município;

III. NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA:

a. RECURSOS HÍDRICOS:

1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

b. TRANSPORTES:

1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

c. ENERGIA:

1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
2. Manutenção da eletrificação urbana e rural;

d. SERVIÇOS URBANOS:

1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
4. Arborização da cidade;

Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2016.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;
- II. Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.
- III. Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.
- IV. Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta em produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

Parágrafo 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Parágrafo 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

Parágrafo 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei do Orçamento;
- III. Tabelas explicativas;

Parágrafo 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a. Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b. Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c. Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

I. DESPESAS CORRENTES

- a. Pessoal e encargos sociais;
- b. Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c. Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d. Outras despesas correntes.

II. DESPESAS DE CAPITAL

- a. Investimentos;
- b. Inversão financeira;
- c. Amortização da dívida consolidada;
- d. Outras despesas de capital.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Página 6 de 15



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2016 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I. As despesas deverão ser orçadas a preço de Julho de 2015;
- II. O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Junho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2016;
- III. A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2016, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;
- IV. O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, até 15 de Setembro de 2015;
- V. A Câmara Municipal deverá devolver para sansão do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de dezembro 2015;
- VI. O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;
- VII. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:
 - a. Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
 - b. Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida;
- VIII. Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de Março de 1964;
- IX. Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2016, somente poderão ser comprometidos 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;
- X. Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:
 - a. Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;
 - b. Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

- c. Cobrir frustação de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2016.

Art. 8º - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

- I. Texto da lei;
- II. Quadros orçamentário consolidado;
- III. Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;
- IV. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2016, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 10º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2016 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2016 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, contudo, o que dispõe a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.

Art. 12º - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2016, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2015, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 13º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14º - A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - Até 31 de Janeiro de 2016, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 15º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II. Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Parágrafo 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2015 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Parágrafo 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestações de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA

Parágrafo 3º - É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 16º - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I. Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II. Estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- III. Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV. Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 17º - A execução das ações de que tratam os artigos 13 e 14 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Art. 18º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitarem-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 19º - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

- I. Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II. Os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20º - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I. Inclusão de projetos em andamento;
- II. Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21º - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I. A remuneração dos agentes políticos;
- II. Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;
- III. As obrigações patronais;
- IV. As demais despesas, assim consideradas pela nº 101/2000.

Art. 22º-As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23º - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24º - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

de 2016, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2016 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida. O montante estimado para o exercício de 2015, acrescido de até 20% (vinte por cento) se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2016, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art. 71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de abril de 2016, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no parágrafo 1º deste artigo.

TÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25º - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26º - Na estimativa do receitado projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2016.

Parágrafo 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamento:

- I. Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada um das propostas e seus dispositivos;
- II. Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Parágrafo 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

Parágrafo 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

Parágrafo 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27º - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2016.

Art. 28º - Ocorrendo frustação das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

- I. o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;
- II. a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;
- III. o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;
- IV. as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

Art. 29º - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 30º - É vedado consignar no orçamento municipal para 2016 dotações para subvenções econômicas, ressalvas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 31º - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 32º - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 33º - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2016, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA**

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 34º -O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2016.

Art. 35º - O Poder Executivo enviará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei criando o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 36º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 37º - Revogam-se as disposições em contrário.

Manaíra/PB, 30 de Abril de 2015.

José Wellington Almeida de Sousa

Prefeito

ANEXOS

METAS E RISCOS FISCAIS

Sumário

- 01 - Demonstrativo de Metas Anuais segundo parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes".
- 02 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior ao de Referência segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei Responsabilidade Fiscal -LRF,tendo como finalidade estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior ao que se refere a LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos.
- 03 -Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, deve ainda compor o Anexo de Metas Fiscais; Metas Anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica.
- 04 -Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido segundo parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, trazendo em conjunto uma análise dos valores apresentados, esclarecendo os motivos das variações do PL do ente da Federação como, por exemplo, fatos que venham a causar desequilíbrio entre as variações ativas e passivas e outros que contribuam para o aumento ou diminuição líquida patrimonial.
- 05 -Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos segundo parágrafo 2º, o art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, como uma continuidade da demonstração da evolução do patrimônio líquido, devem ser destacadas as origens e aplicações de recursos obtidos com a alienação de ativos.
- 06 -Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, visando atender o estabelecido pelo art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.
- 07 -Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita que visa atender ao art. 4º, parágrafo 2º, inciso V, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, e será acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência as valores.
- 08 -Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado foi instituído pela LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 17º, conceituando-a com Despesa Corrente derivada de Lei.
- 09 -Comentário dos Anexos de Metas Fiscais.
- 10 -Comentário dos Anexos de Riscos Fiscais.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**

ANEXO DE METAS FISCAIS

O Presente documento, elabora para dar cumprimento ao disposto no Inciso 1º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as prioridades da Administração as metas fiscais em valor correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal, este entendido como a diferença entre a receita total arrecadada e a despesa total realizada, e ao montante da dívida do Município.

I - PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

As metas fiscais para o exercício, que servirão de base para a elaboração do Orçamento, deverão traduzir as seguintes prioridades:

1. - ampliação da receita tributária, mediante a atualização do cadastro imobiliário;
2. - adequação das despesas correntes à arrecadação;
3. - redução do déficit financeiro.

II - METAS FISCAIS

As metas fiscais para o exercício estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento.

O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizado para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado na Prefeitura Municipal.

1 - AS METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS

Às metas relativas à receita estão consolidadas a nível do Município e demonstradas em anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a receita programada e a projetada.

1.1 - CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

Para a definição do valor da receita projetada, foram utilizados os seguintes critérios e premissas, sendo a metodologia e os cálculos demonstrados em memória à parte:

- crescimento vegetativo, levando em consideração a evolução da receita dos 3 (três) últimos exercícios, não incluídos os efeitos inflacionários;

- incremento na arrecadação tributária, tendo em vista as ações relacionadas com a revisão da planta tributária e incremento da fiscalização;
- incremento na arrecadação, tendo em vista as ações realizadas no exercício anterior, a serem desenvolvidas no exercício em referência, relacionadas com a cobrança da Dívida Ativa;
- projeção dos efeitos inflacionários estimados, com base na variação do índice de preços.

Da estimativa da receita total, calculada conforme critérios acima definidos, deverá ser deduzido o valor especificado no Anexo, destinado à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no Inciso 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000. Este anexo apresenta uma estimativa dos valores máximos de renúncia, por tributo.

No caso de os valores especificados no referido anexo não serem contemplados no Orçamento, mediante redução da previsão da receita orçamentária total, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita somente poderá ocorrer, desde que sejam previamente definidas as medidas de compensação para o mesmo período. Neste caso, deve ser demonstrado o valor do aumento de receita que se pretende atingir por tributo e se este decorrerá de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de novo tributo ou contribuição ou outra medida na área tributária.

Dentre as medidas de compensação, poderão ser adotadas as seguintes:

- atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
- revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- implantação da utilização da Contribuição de Melhorias como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas.

A concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

2. - METAS RELATIVAS À DESPESAS

As metas relativas às despesas demonstradas nos anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a despesa programada para o corrente exercício e a projetada.

Metas físicas, a nível de atividades e projetos, por função de governo e respectivos programas, cujo somatório dos valores atribuídos às mesmas traduzir-se-á na meta fiscal de despesas.

2.1 - CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

O valor total anual projetado para as despesas deverá ficar limitado sobre a receita total anual projetada podendo oscilar ao longo do exercício. A variação percentual refere-se à margem para a geração de superávit primário, destinado à liquidação de dívida.

No valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos do Art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000.

3. - METAS DE RESULTADO PRIMÁRIOS E NOMINAL

Consta em anexo, respectivamente, os valores estabelecidos como metas de resultados primários e nominal a serem obtidos ao final do exercício.

4. - METAS RELATIVAS AO MONTANTE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

As metas relativas ao montante da dívida do Município ao final do exercício estão especificados nos Anexos.

**JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL**


ANEXO I

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2016**

LRF, art. 4º, parágrafo 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b/PIB) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c/PIB) x100
Receita Total	24.800.000,00	22.836.095,76	0,073	24.500.000,00	20.830.888,89	0,071	22.000.000,00	17.448.962,67	0,064
Receitas Não-Financeiras (I)	24.750.000,00	22.790.055,25	0,073	24.450.000,00	20.788.376,87	0,071	21.950.000,00	17.409.305,94	0,064
Despesa Total	24.800.000,00	22.836.095,76	0,073	24.500.000,00	20.830.888,89	0,071	22.000.000,00	17.448.962,67	0,064
Despesas Não-Financeiras (II)	24.500.000,00	22.559.852,67	0,072	24.200.000,00	20.575.816,78	0,071	21.800.000,00	17.290.335,74	0,063
Resultado Primário (I - II)	250.000,00	230.202,58	0,001	250.000,00	212.560,09	0,001	150.000,00	118.970,20	0,000
Resultado Nominal	100.000,00	92.081,03	0,000	100.000,00	85.024,04	0,000	100.000,00	79.313,47	0,000
Dívida Pública Consolidada	3.176.000,00	2.924.493,55	0,009	3.076.000,00	2.615.339,36	0,009	2.976.000,00	2.360.368,77	0,009
Dívida Consolidada Líquida	2.176.000,00	2.003.683,24	0,006	2.076.000,00	1.765.098,99	0,006	1.976.000,00	1.567.234,10	0,006

NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
Taxa de Inflação do Período - (%)	8,60	8,30	7,20
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	34.100.000.000,00	34.300.000.000,00	34.560.000.000,00

**JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO**

**Rosaldo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212**


ANEXO II

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso I

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	METAS PREVISTAS EM 2014 (a)	%PIB (a/PIB) x100	METAS REALIZADAS EM 2014 (b)	%PIB (b/PIB) x100	VARIAÇÃO	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	21.890.000,00	0,07	16.404.000,00	0,05	-5.486.000,00	-25,06
Receitas Não-Financeiras (I)	21.818.000,00	0,07	16.395.000,00	0,05	-5.423.000,00	-24,86
Despesa Total	21.890.000,00	0,07	16.102.000,00	0,05	-5.788.000,00	-26,44
Despesas Não-Financeiras (II)	21.740.000,00	0,07	16.027.000,00	0,05	-5.713.000,00	-26,28
Resultado Primário (I - II)	78.000,00	0,00	368.000,00	0,00	290.000,00	371,79
Resultado Nominal	220.000,00	0,00	201.000,00	0,00	-19.000,00	-8,64
Dívida Pública Consolidada	3.500.000,00	0,01	3.476.000,00	0,01	-24.000,00	-0,69
Dívida Consolidada Líquida	8.400.000,00	0,03	1.976.000,00	0,01	-6.424.000,00	-76,48

NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	33.100.000.000,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO III


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	11.851.000,00	16.404.000,00	38,42	22.866.000,00	39,39	24.800.000,00	8,46	24.500.000,00	-1,21	22.000.000,00	-10,20
Receitas Não-Financeiras (I)	11.814.000,00	16.395.000,00	38,78	22.816.000,00	39,16	24.750.000,00	8,48	24.450.000,00	-1,21	21.950.000,00	-10,22
Despesa Total	12.392.000,00	16.102.000,00	29,94	22.866.000,00	42,01	24.800.000,00	8,46	24.500.000,00	-1,21	22.000.000,00	-10,20
Despesas Não-Financeiras (II)	12.253.000,00	16.027.000,00	30,80	22.666.000,00	41,42	24.500.000,00	8,09	24.200.000,00	-1,22	21.800.000,00	-9,92
Resultado Primário (I - II)	-439.000,00	368.000,00	83,83	150.000,00	-59,24	250.000,00	66,67	250.000,00	0,00	150.000,00	-40,00
Resultado Nominal	-1.787.000,00	100.000,00	05,60	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	3.677.000,00	3.376.000,00	-8,19	3.276.000,00	-2,96	3.176.000,00	-3,05	3.076.000,00	-3,15	2.976.000,00	-3,25
Dívida Consolidada Líquida	2.677.000,00	1.976.000,00	-26,19	2.276.000,00	15,18	2.176.000,00	-4,39	2.076.000,00	-4,60	1.976.000,00	-4,82

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	10.152.071,19	15.021.978,02	47,97	22.866.000,00	52,22	22.836.095,76	-0,13	20.830.888,89	-8,78	17.448.962,67	-16,24
Receitas Não-Financeiras (I)	10.120.375,42	15.013.736,26	48,35	22.816.000,00	51,97	22.790.055,25	-0,11	20.788.376,87	-8,78	17.409.305,94	-16,25
Despesa Total	10.615.514,83	14.745.421,25	38,90	22.866.000,00	55,07	22.836.095,76	-0,13	20.830.888,89	-8,78	17.448.962,67	-16,24
Despesas Não-Financeiras (II)	10.496.441,51	14.676.739,93	39,83	22.666.000,00	54,43	22.559.852,67	-0,47	20.575.816,78	-8,79	17.290.335,74	-15,97
Resultado Primário (I - II)	-376.066,09	336.996,34	189,61	150.000,00	-55,49	230.202.585,47	212.560,09	-7,66	118.970,20	-44,03	
Resultado Nominal	-1.530.820,29	91.575,09	-105,98	100.000,00	9,20	92.081,03	-7,92	85.024,04	-7,66	79.313,47	-6,72
Dívida Pública Consolidada	3.149.874,76	3.091.575,09	-1,85	3.276.000,00	5,97	2.924.493.551,07	-10,73	2.615.339,36	-10,57	2.360.368,77	-9,75
Dívida Consolidada Líquida	2.293.232,18	1.809.523,81	-21,09	2.276.000,00	25,78	2.003.683.241,96	1.765.098,99	-11,91	1.567.234,10	-11,21	

NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de Inflaç. do Período (%)	5,60	6,90	9,20	8,60	8,30	7,20
Projeção do PIB do Estado (R\$)	32.700.000.000,00	33.100.000.000,00	32.700.000.000,00	34.100.000.000,00	34.300.000.000,00	34.560.000.000,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO IV


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	1.575.000,00	100,00	-8.166.000,00	100,00	-2.821.000,00	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.575.000,00	100,00	-8.166.000,00	100,00	-2.821.000,00	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO V


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (d)	2012
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2014 (b)	2013 (e)	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REG. DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servid. Publicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
SALDO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO VI


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2012 (a)	2013 (d)	2014
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contibuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2012 (b)	2013 (e)	2014
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212


ANEXO VII

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
		VALOR (a)	VALOR (b)	VALOR (c)	

NADA A

REGISTRAR

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Morais
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO VIII


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V

R\$ 1,00

SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	TRIBUTO/ CONTRIBUIÇÃO	2016	2017	2018	
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA		3.500,00	3.200,00	2.800,00	AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ISS
TOTAL		3.500,00	3.200,00	2.800,00	

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212


ANEXO IX

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V

EVENTO	R\$ milhares
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEF	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	0,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O Presente documento, elaborada para dar cumprimento ao disposto no Inciso 3º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo seu conteúdo ser levado em consideração quando da elaboração do Orçamento do exercício e informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Tem por objetivo evidenciar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas no exercício e informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

I - PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- possíveis ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive de natureza tributária e trabalhista;
- passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

PASSIVOS CONTINGENTES	FONTES DE FINANCIAMENTO
1. Arrestos Judiciais 2. Aumento Salário Mínimo 3. Precatórios 4. Estiagem (aumento das demandas sociais)	1. Reserva de Contigência 2. Limitação de Empenhos 3. Redução de Cargos Comissionados 4. Redução de Jornada de Trabalho

II - OUTROS RISCOS

Com base na experiência verificada nos 3 (três) exercícios anteriores, a Administração entende que as situações abaixo especificadas podem vir a se traduzir em desembolso financeiro por parte do Município.

III - PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Para cada contingência ou situação de risco, caberá à Administração, através da Procuradoria Jurídica, esgotar todas as instâncias judiciais e todas as possibilidades de acordo com o credor.

À Procuradoria Jurídica caberá manter controle sobre o andamento dos processos e comunicar à Área Financeira, com a devida brevidade, sobre os valores a serem liberados para liquidação de ações judiciais, para que sejam considerados na programação de desembolso, com utilização da Reserva de Contigência.

Não havendo suficiente dotação orçamentária para cobrir os empenhamentos decorrentes de despesas não previstas em função dos riscos apontados no item anterior e não havendo saldo na Reserva de Contigência, deverão ser reduzidas, até que se atinja o valor necessário, as dotações orçamentárias relativas às despesas correntes das diversas secretarias do município, exceto, as relacionadas com Educação e Saúde.

**JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL**



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**

**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIA
(LRF, art. 4º, parágrafo 3º)**

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRÍÇÃO	VALOR	DESCRÍÇÃO	VALOR
Arrestos Judiciais	0,00	Reserva de Contigência	50.000,00
Aumento Salário Mínimo	180.000,00	Limitação de Empenhos	180.000,00
Precatórios	50.000,00	Redução de Cargos Comissionados	120.000,00
Estiagem (aumento das demandas sociais)	120.000,00	Redução de Jornada de Trabalho	0,00
TOTAL	350.000,00	TOTAL	350.000,00

**JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL**

ANEXOS

METAS E RISCOS FISCAIS

Sumário

- 01 - Demonstrativo de Metas Anuais segundo parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes".
- 02 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior ao de Referência segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei Responsabilidade Fiscal -LRF,tendo como finalidade estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior ao que se refere a LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos.
- 03 -Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, deve ainda compor o Anexo de Metas Fiscais; Metas Anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica.
- 04 -Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido segundo parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, trazendo em conjunto uma análise dos valores apresentados, esclarecendo os motivos das variações do PL do ente da Federação como, por exemplo, fatos que venham a causar desequilíbrio entre as variações ativas e passivas e outros que contribuam para o aumento ou diminuição líquida patrimonial.
- 05 -Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos segundo parágrafo 2º, o art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, como uma continuidade da demonstração da evolução do patrimônio líquido, devem ser destacadas as origens e aplicações de recursos obtidos com a alienação de ativos.
- 06 -Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, visando atender o estabelecido pelo art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.
- 07 -Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita que visa atender ao art. 4º, parágrafo 2º, inciso V, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, e será acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência as valores.
- 08 -Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado foi instituído pela LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 17º, conceituando-a com Despesa Corrente derivada de Lei.
- 09 -Comentário dos Anexos de Metas Fiscais.
- 10 -Comentário dos Anexos de Riscos Fiscais.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**

ANEXO DE METAS FISCAIS

O Presente documento, elabora para dar cumprimento ao disposto no Inciso 1º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as prioridades da Administração as metas fiscais em valor correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal, este entendido como a diferença entre a receita total arrecadada e a despesa total realizada, e ao montante da dívida do Município.

I - PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

As metas fiscais para o exercício, que servirão de base para a elaboração do Orçamento, deverão traduzir as seguintes prioridades:

1. - ampliação da receita tributária, mediante a atualização do cadastro imobiliário;
2. - adequação das despesas correntes à arrecadação;
3. - redução do déficit financeiro.

II - METAS FISCAIS

As metas fiscais para o exercício estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento.

O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizado para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado na Prefeitura Municipal.

1 - AS METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS

Às metas relativas à receita estão consolidadas a nível do Município e demonstradas em anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a receita programada e a projetada.

1.1 - CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

Para a definição do valor da receita projetada, foram utilizados os seguintes critérios e premissas, sendo a metodologia e os cálculos demonstrados em memória à parte:

- crescimento vegetativo, levando em consideração a evolução da receita dos 3 (três) últimos exercícios, não incluídos os efeitos inflacionários;

- incremento na arrecadação tributária, tendo em vista as ações relacionadas com a revisão da planta tributária e incremento da fiscalização;
- incremento na arrecadação, tendo em vista as ações realizadas no exercício anterior, a serem desenvolvidas no exercício em referência, relacionadas com a cobrança da Dívida Ativa;
- projeção dos efeitos inflacionários estimados, com base na variação do índice de preços.

Da estimativa da receita total, calculada conforme critérios acima definidos, deverá ser deduzido o valor especificado no Anexo, destinado à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no Inciso 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000. Este anexo apresenta uma estimativa dos valores máximos de renúncia, por tributo.

No caso de os valores especificados no referido anexo não serem contemplados no Orçamento, mediante redução da previsão da receita orçamentária total, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita somente poderá ocorrer, desde que sejam previamente definidas as medidas de compensação para o mesmo período. Neste caso, deve ser demonstrado o valor do aumento de receita que se pretende atingir por tributo e se este decorrerá de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de novo tributo ou contribuição ou outra medida na área tributária.

Dentre as medidas de compensação, poderão ser adotadas as seguintes:

- atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
- revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- implantação da utilização da Contribuição de Melhorias como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas.

A concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

2. - METAS RELATIVAS À DESPESAS

As metas relativas às despesas demonstradas nos anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a despesa programada para o corrente exercício e a projetada.

Metas físicas, a nível de atividades e projetos, por função de governo e respectivos programas, cujo somatório dos valores atribuídos às mesmas traduzir-se-á na meta fiscal de despesas.

2.1 - CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

O valor total anual projetado para as despesas deverá ficar limitado sobre a receita total anual projetada podendo oscilar ao longo do exercício. A variação percentual refere-se à margem para a geração de superávit primário, destinado à liquidação de dívida.

No valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos do Art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000.

3. - METAS DE RESULTADO PRIMÁRIOS E NOMINAL

Consta em anexo, respectivamente, os valores estabelecidos como metas de resultados primários e nominal a serem obtidos ao final do exercício.

4. - METAS RELATIVAS AO MONTANTE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

As metas relativas ao montante da dívida do Município ao final do exercício estão especificados nos Anexos.

**JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL**


ANEXO I

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2016**

LRF, art. 4º, parágrafo 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b/PIB) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c/PIB) x100
Receita Total	24.800.000,00	22.836.095,76	0,073	24.500.000,00	20.830.888,89	0,071	22.000.000,00	17.448.962,67	0,064
Receitas Não-Financeiras (I)	24.750.000,00	22.790.055,25	0,073	24.450.000,00	20.788.376,87	0,071	21.950.000,00	17.409.305,94	0,064
Despesa Total	24.800.000,00	22.836.095,76	0,073	24.500.000,00	20.830.888,89	0,071	22.000.000,00	17.448.962,67	0,064
Despesas Não-Financeiras (II)	24.500.000,00	22.559.852,67	0,072	24.200.000,00	20.575.816,78	0,071	21.800.000,00	17.290.335,74	0,063
Resultado Primário (I - II)	250.000,00	230.202,58	0,001	250.000,00	212.560,09	0,001	150.000,00	118.970,20	0,000
Resultado Nominal	100.000,00	92.081,03	0,000	100.000,00	85.024,04	0,000	100.000,00	79.313,47	0,000
Dívida Pública Consolidada	3.176.000,00	2.924.493,55	0,009	3.076.000,00	2.615.339,36	0,009	2.976.000,00	2.360.368,77	0,009
Dívida Consolidada Líquida	2.176.000,00	2.003.683,24	0,006	2.076.000,00	1.765.098,99	0,006	1.976.000,00	1.567.234,10	0,006

NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
Taxa de Inflação do Período - (%)	8,60	8,30	7,20
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	34.100.000.000,00	34.300.000.000,00	34.560.000.000,00

**JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO**

**Rosaldo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212**

ANEXO II


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso I

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	METAS PREVISTAS EM 2014 (a)	%PIB (a/PIB) x100	METAS REALIZADAS EM 2014 (b)	%PIB (b/PIB) x100	VARIAÇÃO	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	21.890.000,00	0,07	16.404.000,00	0,05	-5.486.000,00	-25,06
Receitas Não-Financeiras (I)	21.818.000,00	0,07	16.395.000,00	0,05	-5.423.000,00	-24,86
Despesa Total	21.890.000,00	0,07	16.102.000,00	0,05	-5.788.000,00	-26,44
Despesas Não-Financeiras (II)	21.740.000,00	0,07	16.027.000,00	0,05	-5.713.000,00	-26,28
Resultado Primário (I - II)	78.000,00	0,00	368.000,00	0,00	290.000,00	371,79
Resultado Nominal	220.000,00	0,00	201.000,00	0,00	-19.000,00	-8,64
Dívida Pública Consolidada	3.500.000,00	0,01	3.476.000,00	0,01	-24.000,00	-0,69
Dívida Consolidada Líquida	8.400.000,00	0,03	1.976.000,00	0,01	-6.424.000,00	-76,48

NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	33.100.000.000,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO III


**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2016**

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	11.851.000,00	16.404.000,00	38,42	22.866.000,00	39,39	24.800.000,00	8,46	24.500.000,00	-1,21	22.000.000,00	-10,20
Receitas Não-Financeiras (I)	11.814.000,00	16.395.000,00	38,78	22.816.000,00	39,16	24.750.000,00	8,48	24.450.000,00	-1,21	21.950.000,00	-10,22
Despesa Total	12.392.000,00	16.102.000,00	29,94	22.866.000,00	42,01	24.800.000,00	8,46	24.500.000,00	-1,21	22.000.000,00	-10,20
Despesas Não-Financeiras (II)	12.253.000,00	16.027.000,00	30,80	22.666.000,00	41,42	24.500.000,00	8,09	24.200.000,00	-1,22	21.800.000,00	-9,92
Resultado Primário (I - II)	-439.000,00	368.000,00	83,83	150.000,00	-59,24	250.000,00	66,67	250.000,00	0,00	150.000,00	-40,00
Resultado Nominal	-1.787.000,00	100.000,00	05,60	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	3.677.000,00	3.376.000,00	-8,19	3.276.000,00	-2,96	3.176.000,00	-3,05	3.076.000,00	-3,15	2.976.000,00	-3,25
Dívida Consolidada Líquida	2.677.000,00	1.976.000,00	-26,19	2.276.000,00	15,18	2.176.000,00	-4,39	2.076.000,00	-4,60	1.976.000,00	-4,82

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	10.152.071,19	15.021.978,02	47,97	22.866.000,00	52,22	22.836.095,76	-0,13	20.830.888,89	-8,78	17.448.962,67	-16,24
Receitas Não-Financeiras (I)	10.120.375,42	15.013.736,26	48,35	22.816.000,00	51,97	22.790.055,25	-0,11	20.788.376,87	-8,78	17.409.305,94	-16,25
Despesa Total	10.615.514,83	14.745.421,25	38,90	22.866.000,00	55,07	22.836.095,76	-0,13	20.830.888,89	-8,78	17.448.962,67	-16,24
Despesas Não-Financeiras (II)	10.496.441,51	14.676.739,93	39,83	22.666.000,00	54,43	22.559.852,67	-0,47	20.575.816,78	-8,79	17.290.335,74	-15,97
Resultado Primário (I - II)	-376.066,09	336.996,34	189,61	150.000,00	-55,49	230.202.585,47	212.560,09	-7,66	118.970,20	-44,03	
Resultado Nominal	-1.530.820,29	91.575,09	-105,98	100.000,00	9,20	92.081,03	-7,92	85.024,04	-7,66	79.313,47	-6,72
Dívida Pública Consolidada	3.149.874,76	3.091.575,09	-1,85	3.276.000,00	5,97	2.924.493.551,07	-10,73	2.615.339,36	-10,57	2.360.368,77	-9,75
Dívida Consolidada Líquida	2.293.232,18	1.809.523,81	-21,09	2.276.000,00	25,78	2.003.683.241,96	1.765.098,99	-11,91	1.567.234,10	-11,21	

NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de Inflaç. do Período (%)	5,60	6,90	9,20	8,60	8,30	7,20
Projeção do PIB do Estado (R\$)	32.700.000.000,00	33.100.000.000,00	32.700.000.000,00	34.100.000.000,00	34.300.000.000,00	34.560.000.000,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO IV


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	1.575.000,00	100,00	-8.166.000,00	100,00	-2.821.000,00	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.575.000,00	100,00	-8.166.000,00	100,00	-2.821.000,00	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO V


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (d)	2012
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2014 (b)	2013 (e)	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REG. DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servid. Publicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
SALDO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO VI


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2012 (a)	2013 (d)	2014
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contibuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2012 (b)	2013 (e)	2014
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO VII


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
		VALOR (a)	VALOR (b)	VALOR (c)	

NADA A

REGISTRAR

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Morais
CONTADOR CRC Nº 3.212

ANEXO VIII


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V

R\$ 1,00

SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	TRIBUTO/ CONTRIBUIÇÃO	2016	2017	2018	
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA		3.500,00	3.200,00	2.800,00	AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ISS
TOTAL		3.500,00	3.200,00	2.800,00	

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212


ANEXO IX

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2016

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V

EVENTO	R\$ milhares
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEF	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	0,00

JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O Presente documento, elaborada para dar cumprimento ao disposto no Inciso 3º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo seu conteúdo ser levado em consideração quando da elaboração do Orçamento do exercício e informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Tem por objetivo evidenciar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas no exercício e informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

I - PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- possíveis ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive de natureza tributária e trabalhista;
- passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

PASSIVOS CONTINGENTES	FONTES DE FINANCIAMENTO
1. Arrestos Judiciais 2. Aumento Salário Mínimo 3. Precatórios 4. Estiagem (aumento das demandas sociais)	1. Reserva de Contigência 2. Limitação de Empenhos 3. Redução de Cargos Comissionados 4. Redução de Jornada de Trabalho

II - OUTROS RISCOS

Com base na experiência verificada nos 3 (três) exercícios anteriores, a Administração entende que as situações abaixo especificadas podem vir a se traduzir em desembolso financeiro por parte do Município.

III - PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Para cada contingência ou situação de risco, caberá à Administração, através da Procuradoria Jurídica, esgotar todas as instâncias judiciais e todas as possibilidades de acordo com o credor.

À Procuradoria Jurídica caberá manter controle sobre o andamento dos processos e comunicar à Área Financeira, com a devida brevidade, sobre os valores a serem liberados para liquidação de ações judiciais, para que sejam considerados na programação de desembolso, com utilização da Reserva de Contigência.

Não havendo suficiente dotação orçamentária para cobrir os empenhamentos decorrentes de despesas não previstas em função dos riscos apontados no item anterior e não havendo saldo na Reserva de Contigência, deverão ser reduzidas, até que se atinja o valor necessário, as dotações orçamentárias relativas às despesas correntes das diversas secretarias do município, exceto, as relacionadas com Educação e Saúde.

**JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL**



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**

**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIA
(LRF, art. 4º, parágrafo 3º)**

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRÍÇÃO	VALOR	DESCRÍÇÃO	VALOR
Arrestos Judiciais	0,00	Reserva de Contigência	50.000,00
Aumento Salário Mínimo	180.000,00	Limitação de Empenhos	180.000,00
Precatórios	50.000,00	Redução de Cargos Comissionados	120.000,00
Estiagem (aumento das demandas sociais)	120.000,00	Redução de Jornada de Trabalho	0,00
TOTAL	350.000,00	TOTAL	350.000,00

**JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL**



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA

MENSAGEM N.º _____, de 26 de Março de 2015.

Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação de Vossas Excelências, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal o Projeto de Lei, em anexo, que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, e dá outras providências.

O referido Projeto dispõe sobre as metas e resultados fiscais, as prioridades e metas físicas da administração pública municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; a política de aplicação dos recursos de transferências constitucional; as disposições sobre alterações na legislação tributária; e outras matérias de natureza orçamentária.

Os ilustres Vereadores poderão observar que a intenção deste Executivo, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal, continua sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação dos serviços à população do município, definindo o que é prioritário e passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.

Senhores Parlamentares saliento também que este projeto demonstra em seus artigos a transparência, necessária, que o Poder Executivo vem impingindo ao trato dos parcos recursos da Prefeitura.

É oportuno esclarecer que as metas e prioridades terão procedência na alocação de recursos na lei orçamentária do próximo exercício, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas que deverão constar da referida peça.

Portanto ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente aquilatados e representados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua pronta aprovação.

Certo de que o assunto merecerá a pronta acolhida e aprovação por parte dos Membros dessa Casa de Leis, reafirmo na oportunidade os melhores protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

José Wellington Almeida de Sousa

Prefeito

Rafaelo

Bista de pronunciamento dos vereadores que participaram da reunião da audiência pública para discussões e apresentações de propostas para o projeto de lei da LDO - Lei de diretrizes orçamentárias nº 004/2015, do poder executivo que dispõe sobre a lei orçamentária para vigir no exercício financeiro de 2016, realizada no dia 22 de abril de 2015.

Rafaelo Peixoto da Andrade

* Eliseu Almeida de Andrade

Manoel José Sá

Paulo Antônio F. Góes

Leônio Javon Díaz

Marcos de Andrade

José Pereira dos Santos

Heitor J. S. Sabóia

François Félix da Cunha

Eduardo Del Pino

Castor Glóriosos Rabêlo

Martome dos Santos Andrade

João Vítor Lisboa

Grandha Sálima Bone

José Ribeiro Roberto

Namilda Carmilo da Silva

Abaixo consta o pronunciamento dos vereadores de Manaus - PB, sobre a Audiência Pública para discussão e apresentação de propostas para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Projeto de Lei Municipal nº 004/2015.

004/2015, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, para vigor no Exercício Financeiro de 2016.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze (22.04.2015), na sede da Câmara de Vereadores de Manaus - PB, reuniu-se às 19:00 horas, com a presença dos vereadores Cláude Dias de Andrade, Damião João Simão, Paulo Antas Florentino Cabral, Marcondes Diniz Simão, Laiz Tavares Diniz e João Silveira da Silva. Estiveram ausentes os vereadores Laiz Gonzaga Barbosa Firmino e Fernando Francisco de Sousa Filho sem contudo justificarem suas ausências. Em seguida à presidente após verificar o quorum legal e invocar a presença de Deus, declarou aberta a reunião da audiência pública, comunicando aos senhores vereadores e aos presentes que a reunião tinha como pauta única a discussão e apresentação de propostas ao projeto de lei municipal nº 004/2015, que dispõe sobre a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para vigor no exercício financeiro de 2016. Continuando comunicou que tanto os vereadores como as pessoas do povo, poderia usar da palavra, desde que inscrito antecipadamente junto à mesa Diretora. Em seguida convidou o vereador Marcondes Simão, primeiro Secretário da mesa para fazer a leitura do Projeto de lei da LDO, que após ter sido lido facultou a palavra o vereador Damião



mais vereadores e o povo em geral e disse que o Projeto de Lei da LDO é uma peça estruturante para servir como base para a elaboração da LOA 2016, e como diz a própria lei, trata das Diretrizes para embasar a elaboração da LOA, e que o projeto de lei da LDO como proposto atende as demandas administrativas e as políticas públicas como Saúde, Educação, Ação Social, Infra-Estrutura, Agricultura entre outras, a merecer o apoio desta casa legislativa pela sua aprovação. Continuando, a presidente registrou que embora haja a presença de várias pessoas a presente Audiência Pública, nenhuma das pessoas do povo se inscreveu para falar sobre a matéria em discussão. Continuando, a presidente convidou os vereadores presentes para participarem de uma reunião ordinária da Câmara para se realizar no próximo dia 28.04.2015, pelas 19:00 horas, para deliberar sobre a votação do Projeto de Lei da LDO / 2016 e outras matérias a serem enviadas a esta casa legislativa pelo Poder Executivo Municipal. Não havendo mais nada a Tratar, a presidente declarou encerrada a presente Audiência Pública, antes mesmo determinando ao primeiro secretário que procedesse com a lavratura da ata da presente reunião, a qual vai assinada pela presidente, pelo primeiro e

5) Comprovante de Realização de Audiência Pública Doc. 3997715. Data: 06/07/2015 15:02 Responsável: José Simão de Sousa.

Impresso por convidado em 30/01/2021 22:19. Validação: 84FE.FE0E.524B.7CFB.31C0.14B4.3B81.FCBE.

dores de Manaus - PB, em 22 de abril de 2015.

Oliveira
Elide Dias de Andrade
- Presidente -

Marconde Diniz Simão Sakury Reira de Andrade
Marconde Diniz Simão Valdemar Reira de Andrade
- 1º Secretário - - 2º Secretário -

Ata da Terceira reunião ordinária do pri-
meiro período legislativo da Câmara de Verea-
dores de Manaus - PB.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do
ano de dois mil e quinze (28.04.2015), pelas
19:30 horas, no prédio da Câmara de vereadores
com a presença da vereadora presidente Cleide
Dias de Andrade, Damião João Simão, Luiz Tava-
res Diniz, Waldemir Vieira de Andrade, Paulo
Antas Florentino Labral, João Pereira da Silva
e Marconde Diniz Simão. Estiveram ausentes os
vereadores Fernando Francisco de Sousa Filho
que justificou sua ausência, e Luiz Gonzaga
Barbosa Fermino sem contudo ter justificado
sua ausência.

Em seguida a presidente após verificar
o quorum legal e invocar a presença de
Deus declarou aberta a sessão e comuni-
cou aos senhores vereadores que a reunião
tinha pauta única constando dos proje-
tos de lei de autoria do chefe do go-
verno executivo, constante de projeto de lei
municipal nº 004/2015, que dispõe sobre a
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária pa-
ra vigor no exercício de 2016; Projeto de
Lei Municipal nº 005/2015, que dispõe so-
bre a modificação da lei municipal nº 371/
2013, que estabelece normas de contratação
por tempo determinado para atender necessi-
dade temporária de excepcional interesse

SDS

blico estadual; Projeto de Lei Municipal nº 006/2015, que dispõe sobre a modificação da Lei Municipal nº 282/2006, de 20/02/2006, para mudar os requisitos para os candidatos ao conselho tutelar, alterando o inciso IV, da mencionada lei; Projeto de Lei Municipal nº 007/2015, de 04.04.2015, que dispõe sobre denominação de bairro público para denominar uma Rua com nome de Sra. Neomízia Alexandrina Rabêlo no conjunto habitacional de Lescar Rabêlo e Projeto de Lei Municipal nº 001/2015, de 12.02.2015, de autoria da mesa da Câmara de vereadores de Manaus - PB, que dispõe sobre a atualização das remunerações dos servidores da Câmara Municipal. Em seguida a presidente determinou ao primeiro secretário da mesa para fazer a leitura da ata da reunião anterior, a qual após ter sido lida foi aprovada por unanimidade dos presentes. Continuando a presidente determinou que o vereador secretário da mesa fizesse a leitura de todos os projetos de leis relacionados acima, tanto os de autoria do Poder Executivo e o da mesa diretora da Câmara de vereadores de Manaus - PB. Continuando, após concluída a leitura de todos os projetos de leis em pauta nesta reunião a presidente facultou a palavra aos vereadores para discussão de todos os projetos de lei em pauta nesta reunião. Continuando, a presidente facultou a palavra para que os vereadores usassem da palavra para discutir os projetos de lei constante da pauta, e nenhum vereador quis fazer uso da palavra para discutir os projetos de lei.

5) Comprovante de Realização de Audiência Pública Doc_39977/15. Data: 06/07/2015 15:02. Responsável: José Simão de Sousa. Impresso por convidado em 30/01/2021 22:19. Validação: 84FE.FE0E.524B.7CFB.31C0.14B4.3B81.FCBE.

Em seguida ia presidente colocou os Projetos de Leis em votação, tendo todos sido aprovados por 07 (sete) votos favoráveis e nenhum voto contrário. Continuando a presidente novamente facultou a palavra e como ninguém mais quis fazer uso da mesma e não havendo mais nada a tratar a presidente declarou aprovados todos os projetos de leis relacionados acima, tanto pelo poder executivo como o de autoria do poder legislativo, e determinou que o secretário da mesa diretora procedesse com a abertura da presente ata, a qual vai assinada pela presidente e pelo primeiro e segundo secretários.

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores de Manaíra - PB, em 28 de abril de 2015.

Dias de Andrade
- Presidente -

Marconde P. Simão
- 1º Secretário -

Saldemy Oliveira de Andrade
- 2º Secretário -



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 06/07/2015 às 15:02:12 foi protocolizado o documento sob o Nº 39977/15 da subcategoria LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, referente a(o) Prefeitura Municipal de Manaira, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por José Simão de Sousa.

Meio de Publicação: Diário Oficial do Município

Data de Publicação: 16/06/2015

Documento	Informado?	Autenticação
1) Texto da Lei	Sim	d2902b611330cecd8e3988d316c2b9ae
2) Anexo de Metas Fiscais	Sim	a91cfba9d848ed743cbf0226a4b4ddc1
3) Anexo de Riscos Fiscais	Sim	a91cfba9d848ed743cbf0226a4b4ddc1
4) Mensagem de Encaminhamento ao Poder Legislativo	Sim	a66203fc12b2b2cf6381bc3eef9e6051
5) Comprovante de Realização de Audiência Pública	Sim	84fefe0e524b7cfb31c014b43b81fcbe

João Pessoa, 06 de Julho de 2015



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB